



ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE  
PROGRAMA ONJILA

Sistematização da experiência das comissões de pais das escolas n<sup>o</sup>  
65 e Mamboto - Huíla

*Lubango, Angola - Dezembro de 2001*

**Elaboração: Idaci Ferreira  
Rosa de Lima**

## ÍNDICE

1	Introdução.....	2
2	Metodologia.....	4
3	Dados básicos dos municípios do Lubango e Humpata	
4	Pressupostos teóricos-metodológicos da relação escola X comunidade	6
4.1	<i>A relação escola X comunidade e as políticas nacionais de educação</i>	10
4.2	<i>As principais dificuldades na colaboração entre a escola e a comunidade no contexto actual</i>	11
5	Breve enquadramento da relação escola X comunidade no âmbito do Programa Onjila/ADRA	12
6	A experiência da das comissões de pais nas escolas 65 e do Momboto	15
6.1	<i>A experiência da comissão de pais na escola 65/Humpata</i>	16
6.2	<i>A experiência da comissão de pais na escola do Momboto</i>	27
7	Considerações finais	35

## 1. Introdução

Este trabalho de sistematização consiste numa tentativa de reflectir e registar a experiência de das comissões de pais de duas escolas na Huíla que vêm actuando no sentido de estabelecer uma maior cooperação e aproximação entre a escola e a comunidade. É fruto do trabalho realizado pela Equipa Provincial do Programa Onjila e dois outros membros da Equipa de Benguela e Luanda, em conjunto com as comissões de pais e outros intervenientes escolares (direcções, pais, professores, secção municipal e outros) sob orientação da assessora da ADRA para a área da educação.

O Onjila é um programa da ADRA específico para o trabalho com educação de primeiro nível assente em três eixos de actuação: i) Reposição da escolaridade a partir da universalização do ensino nas áreas onde a organização intervém; ii) Experimentação de modelos pedagógicos alternativos que favoreçam o desenvolvimento da aprendizagem da criança e sua formação como sujeito crítico e conhecedor da sua realidade; iii) Reforço da relação entre a escola e a comunidade. Está a ser implementado desde 1995 em quatro províncias (Benguela, Luanda, Huíla e Malanje<sup>1</sup>) em parceria com as respectivas Direcções Provinciais de Educação.

Permeia a intervenção do Programa Onjila uma concepção de educação que influencia os processos de desenvolvimento de uma sociedade; de uma escola que desempenha um papel determinante na formação de cidadãos actantes e participativos da vida social e, conseqüentemente, na construção de processos democráticos. Daí a aposta do Programa na experimentação de modelos pedagógicos alternativos e no reforço da relação escola X comunidade. Com esta última componente, e com a qual este trabalho se relaciona, visa-se estabelecer um novo relacionamento entre estas duas instituições de modo que a primeira, na sua missão educativa, sirva melhor aos interesses da comunidade e esta, por sua vez, possa cooperar na resolução dos problemas que a escola enfrenta no seu dia-a-dia assim como influenciar o seu melhor funcionamento. Almeja-se reforçar a participação da comunidade na vida escolar e vice-versa, incentivando uma convivência participativa e democrática.

Decorridos cinco anos de intervenção constata-se que o programa acumulou experiências que devem ser sistematizadas, quer para potenciar a capacidade dos próprios grupos a partir do resgate e reflexão da sua prática, quer para aprofundar o pensamento institucional e conseqüente melhoria da intervenção no âmbito desta temática. Sendo o eixo *reforço da relação entre a escola e a comunidade* um dos que tem apresentado resultados mais satisfatórios e tendo em conta a importância deste enfoque no novo contexto de democratização do país, foi escolhida a experiência das comissões de pais como um primeiro trabalho de sistematização. Com este exercício interessava, em especial, à Equipa do Programa:

---

<sup>1</sup> Em Malanje, devido ao contexto de emergência, o Programa começou a ser implementado apenas em 1998.

- a) Perceber a relação existente entre a escola e a comunidade e o papel que joga a comissão de pais, como grupo representativo dos pais junto da escola, na dinamização e fortalecimento desta relação;
- b) Identificar o sentido que a comissão de pais tem para a comunidade escolar, para os pais e outros actores sociais existentes na área onde a escola está inserida.

Ao lado destes grandes objetivos interessava igualmente a Equipa:

- a) Reconstruir o percurso histórico das comissões de pais;
- b) Identificar os pontos fortes e fracos das comissões de pais para melhor actuação futura, tanto sua como do programa;
- c) Organizar, interpretar e divulgar a experiência para outras áreas;
- d) Reforçar a capacidade do Programa no domínio da sistematização de experiências.

O eixo central da sistematização incidiu sobre a relação escola x comunidade focalizando a análise no *nível de participação da comunidade na gestão escolar e o papel da comissão de pais neste processo*.

O discurso da *participação* da comunidade na vida da escola (e vice versa) é relativamente novo, apesar de já se abordar esta questão nos programas vigentes no período socialista como veremos no capítulo 3.2. O programa Onjila, desde o seu surgimento, em 1995, tem insistido neste eixo de intervenção e realizado uma série de acções junto das escolas e das comunidades visando reforçar esta relação e edificar uma nova modalidade de cooperação onde a dimensão da participação tenha evidência. Contudo, devido a um conjunto de factores históricos internos e externos à própria escola, acredita-se que a participação da comunidade na vida da escola é ainda muito embrionária e a comissão de pais, na sua acepção actual, apesar de não encerrar uma proposta de democratização, poderá ser um ponto de partida importante para se promover a participação comunitária e influenciar o processo de democratização da escola.

Face a estas questões a equipa identificou duas hipóteses: a) Não existe ainda uma efectiva participação dos pais, encarregados de educação e outros actores comunitários nas actividades da escola, traduzindo-se esta no envolvimento de alguns pais e comissão nas actividades sugeridas pelas direcções de escolas; b) A participação das comissões na gestão escolar é limitada devido a uma série de factores como: falta de conhecimento dos regulamentos e estatutos da escola e da comissão; fraca formação dos dirigentes (direcções e comissão) e dirigidos (professores e população) para as questões ligadas a participação; resistência a mudança por parte das direcções de escola; barreiras socioeconómicas e culturais vividas pelas populações.

Para a análise do objecto em referência a Equipa identificou as seguintes unidades: estrutura e funcionamento interno das comissões; as actividades que elas realizam; a forma como é exercida a liderança; o relacionamento da comissão com a direcção, os professores e outras instituições locais (administrativas e tradicionais, igrejas, associações e outros grupos comunitários); a participação comunitária na vida da escola e vice-versa.

## **1. Metodologia**

Foram escolhidas duas experiências para serem sistematizadas: a Escola Nº 65, localizada na comuna Sede do município da Humpata e a Escola do Mamboto, localizada na comuna da Huíla, município do Lubango<sup>2</sup>.

O trabalho foi realizado por uma Equipa restrita (participou no trabalho de escritório e de campo) e uma equipa alargada (participou apenas do trabalho de escritório)<sup>3</sup> e teve dois momentos distintos: 1º: leituras de materiais do programa e bibliografias relacionadas ao tema; organização do trabalho a realizar (definição do eixo de sistematização, programação, selecção de técnicas, preparação dos guiões de entrevista). 2º: realização do trabalho de campo junto dos intervenientes.

Foram envolvidos no trabalho, para além das comissões de pais: direcções de escola, professores, pais, associação, padrinho da escola, sobas, responsável da Secção Municipal de Educação e coordenadores de zona.

Optou-se por um método que favorecesse o resgate da história e a exposição aberta de pontos de vista sobre a relação escola X comunidade. A informação recolhida foi essencialmente qualitativa, com forte ênfase na análise dos discursos dos participantes. As principais técnicas utilizadas foram: entrevistas semi-estruturadas e abertas, encontros para reflexões orientadas com pequenos textos problematizadores ligados a relação escola X comunidade e o diagrama. Com esta última técnica foi possível identificar as instituições que estão mais próximas e mais distantes da escola e verificar que importância é atribuída a esta relação.

---

<sup>2</sup> Os critérios de escolha utilizados foram: a) As comissões de pais possuem uma maior dinâmica de funcionamento, têm um grupo regular de pessoas e acumulam uma experiência mais consistente; b) Uma delas (Nº 65) foi escolhida para a experimentação da proposta piloto (CAT) e a equipa tinha interesse em aprofundar a discussão com a comunidade sobre a relação escola X comunidade; c) São escolas rurais e apresentam uma maior disponibilidade para realizar o trabalho; d) São áreas de fácil acesso e próximas do Lubango, aspectos a serem considerados devido a dificuldade financeira vivida pelo programa e o tempo limitado do grupo de sistematização para realizar o trabalho.

<sup>3</sup> Integraram a Equipa alargada: Equipa Onjila Huíla (Goreth, Cecílio, David, Jesus e Rosa); Três estagiários do ICRA/Huíla (Luís, Deogracias e Dule); Onjila Benguela (Armando); Onjila Luanda (Rui); SM Luanda (Maria); Assessora da ADRA para educação (Idaci). A Equipa restrita foi constituída por dois subgrupos: (1) Cecílio, Armando, Dule e Idaci (trabalhou na escola Nº 65/Humpata); (2) Rui, Maria, Goreth e Jesus (trabalhou na escola do Mamboto).

Não foi possível consultar documentação das comissões pois elas não possuíam registos das suas actividades, excepto um plano de actividades 99/00 da comissão da Humpata e um projecto de ampliação da escola da Humpata apresentado pela mesma comissão. Assim a consulta ficou restrita às fontes do programa.

As principais limitações encontradas foram a falta de registo das comissões acima referido e o pouco tempo da Equipa para a realização do trabalho. Tendo em conta que com este exercício de sistematização pretendia-se reflectir sobre a relação escola X comunidade levando os diferentes intervenientes a apropriarem-se da sua experiência, a limitante do tempo não favoreceu este processo.

## **2. Dados básicos dos municípios do Lubango e da Humpata**

Os municípios do *Lubango* e *Humpata* situam-se na província da Huíla ao sul de Angola.

Lubango é a capital da província e tem uma população de 614.211 mil habitantes. Hoje é um dos municípios mais estáveis do país, pois não tem sofrido as conseqüências directas da guerra, apesar de receber constantes fluxos de deslocados. Sua principal actividade económica é a produção agro-pecuária, porém tem algumas indústrias como: fábrica de refrigerantes “Coca-Cola”, fábrica de cerveja “N’Gola”, fábrica de engarrafamento de água da Chela, indústria de lacticínios “Emabol”, Fábrica de cigarros “Yes”, cerâmicas, fábricas de cal hidráulica, etc.

No âmbito educacional o município do Lubango tem 156 estabelecimentos de ensino: 137 do 1º nível, 10 do 2º e 9 do 3º nível. Conta também com duas faculdades (de Educação e de Economia) adstritas à Universidade Agostinho Neto. Apresenta um défice de 63 escolas para o ensino de 1º nível.

A comuna da Huíla é uma dentre as quatro que fazem parte da região administrativa do Lubango. Tem 77.992 habitantes, sendo 33.612 homens e 45.380 mulheres. A sua principal actividade económica é a agricultura e pecuária. As populações desta área são de origem étnica Mumuila, Umbundo, Nganguela e os Kioko.

Nesta comuna existem 22 escolas, sendo 21 do primeiro nível e 1 do 2º e 3º níveis. O número de professores do 1º nível é de 110, dos quais 89 têm formação de 8ª classe e 83 não têm formação pedagógica.

A escola do Mamboto localiza-se a 5 km da sede da comuna. As populações desta área pertencem ao grupo étnico mumuila. A origem do nome Mamboto está relacionada com

a existência de sapos numa represa existente na região e que em língua local chama-se “omamboto”.

Esta escola foi construída em 1999 e possui 3 salas de aula. Trabalha apenas com o 1º nível de ensino e tem actualmente 215 alunos matriculados, 3 professores dos quais uma directora, um professor e uma professora.

Humpata é um município da província da Huíla que dista 20 km do Lubango. Tem 50.098 mil habitantes, sendo 23.447 mulheres e 26.651 homens. Sua principal actividade económica é a agricultura e a criação de gado bovino. Ao lado disso é rico em produção de fruta (maça, pêra, morangos e citrinos...). Existem no município várias instituições como: representação do MINARS, IDA, Educação, Saúde, Águas, Correios, Comércio, Ministério da Família e Promoção da Mulher, Identificação, Desportos, Administração Municipal, Polícia, Igrejas (católica, evangélicas), etc.

No âmbito educacional o município da Humpata apresenta uma taxa de 60% da população escolarizada. Possui 39 escolas do 1º nível, 3 do 2º e 3º níveis e o Complexo Escolar Agrário do Tchivinguiro. O déficit de infra-estruturas escolares actualmente é de 7 escolas, sendo 6 para o 1º nível e 1 para o 2º e 3º na sede municipal.

O quadro docente é composto por 258 professores dos quais 78 são mulheres. A grande maioria (168) tem a 8ª classe. 36 professores ensinam com a habilitação da 6ª classe e 48 com o ensino médio. O restante (6) possui formação superior. Existe actualmente um déficit de 38 professores.

Relativamente aos discentes estão matriculados no sistema oficial até a 8ª classe 6.082 alunos, sendo 2.335 mulheres. Deste total a grande maioria está no 1º nível, 5.412 sendo 2.076 mulheres.

A escola Nº 65 é a maior e mais antiga escola de 1º nível do município e está localizada na sede. Tem 3 salas de aula principais, 02 improvisadas e 03 anexas construídas recentemente e que estão ainda por acabar. Tem 951 alunos matriculados, 25 professores, um director, uma sub-directora e uma auxiliar de secretaria. A maioria das salas está apetrechada, mas existem algumas que não possuem nenhum tipo de mobiliário.

### **3. Pressupostos teóricos-metodológicos da relação escola X comunidade**

#### ***A escola e sua função social***

A escola é, por excelência, uma instituição privilegiada para educação do homem e exerce forte influência no desenvolvimento da sociedade, ao mesmo tempo também que é por ela influenciada. A escola passa diariamente cerca de 4 ou 5 horas formando indivíduos (que pode também deformar, se ela funciona mal). Imaginemos pois, a importância que ela tem na preparação do cidadão e o quanto ela pode contribuir nos rumos da sociedade. Seu bom funcionamento quer em termos pedagógicos, quer em termos de gestão exerce forte influencia na formação das novas gerações.

A principal tarefa da escola é educar a criança, contudo não compete apenas a ela esta missão, pois a criança relaciona-se e/ou integra várias outras instituições e grupos sociais que igualmente exercem influência sobre a sua educação como: a família, a vizinhança, os serviços sociais existentes na comunidade, a igreja, etc. No entanto, a escola é a instituição privilegiada para trabalhar com o conhecimento e por isso ela tem grande responsabilidade na formação do cidadão. Tendo todas elas, interesses e alvos comuns, o trabalho conjunto trará benefícios não só para a criança, mas também para a comunidade e para a sociedade em geral.

Uma escola competente e socialmente comprometida tem clara a sua função social e o tipo de homem que quer formar e, nessa perspectiva, ela deve garantir a aprendizagem de habilidades e conteúdos para o indivíduo viver em sociedade; oferecer instrumentos de compreensão da realidade local e favorecer a participação dos alunos em relações sociais diversificadas. Para isso a escola precisa trazer para dentro dos seus espaços o mundo das crianças, as situações reais que exercem influencia sobre suas vidas e com as quais elas precisam lidar para melhor viver na sociedade. *“Para cumprir com a sua função social a escola precisa considerar as práticas da nossa sociedade, sejam elas de natureza econômica, política, social, cultural, ética ou moral. Tem que considerar as relações diretas ou indiretas dessas práticas com os problemas específicos da comunidade local onde está inserida”*.<sup>4</sup>

Assim a escola para cumprir eficazmente com a sua função social deve estar inserida na comunidade, conhecer as suas expectativas, necessidades, actividades produtivas, organização social, valores, manifestações culturais. Deve transformar este universo local em conteúdo para se trabalhar em sala de aula. Isso significa que a escola não deve se preocupar apenas em transmitir os conteúdos dos livros didáticos, mas também valorizar e trabalhar como conteúdos de ensino os aspectos ligados à vida da comunidade, nas suas diversas acepções. *“A escola pode ser concebida como um pólo cultural, onde o conhecimento já sistematizado pela humanidade é socializado e trabalhado de forma não fragmentada, vinculado à realidade, proporcionando a ampliação das possibilidades culturais dos alunos e da comunidade, através do debate das principais questões locais e nacionais”*.<sup>5</sup>

---

<sup>4</sup> A Escola e sua Função Social – Série Raízes e Asas.

<sup>5</sup> Idem referencia anterior.

## **A relação escola X comunidade**

Ao falarmos na relação escola X comunidade é preciso clarificar que existem diversas maneiras de se desenvolver esta relação e que poderão promover ou não uma efectiva participação da comunidade na gestão escolar. Vejamos aqui duas formas:

- 1) Envolvimento dos pais na actividade educativa dos seus filhos e na cooperação entre professores e pais para as questões do ensino. Neste âmbito os pais contribuem com as tarefas escolares dos filhos, participam nas reuniões da escola para obter informações sobre o desempenho dos mesmos, ajudam a escola na realização de festas, comemorações, etc. A participação aqui é reduzida ao mero envolvimento dos pais na busca de informações sobre a vida escolar do filho ou em actividades festivas promovidas pela escola.
- 2) Participação dos pais e da comunidade na actividade da escola a diversos níveis. Nessa perspectiva os pais e organizações comunitárias participam não só no que está referenciado no item 1) mas também na tomada de decisão das grandes questões da escola, na planificação e avaliação do seu trabalho, na revisão curricular, etc.

Importa por isso fazer uma distinção entre estes dois conceitos: envolvimento e participação.

Podemos dizer que o *envolvimento* é uma forma dos pais colaborarem com o processo educativo dos filhos, sem imiscuir-se nas questões gerais da gestão, programas e rumos da escola. É um nível de participação limitado, restrito à actividades do tipo: ajuda dos pais no trabalho de casa levado pelas crianças; estabelecimento de uma comunicação regular com os professores; participação em eventos promovidos pela escola, apoio voluntário às ações da escola como: preparação de festas, etc.

A *participação*, contudo, abrange formas mais actantes de colaboração e inclui, para além do que está descrito no envolvimento, a influência e contribuição dos pais e da comunidade na tomada de decisões, na definição dos rumos da escola, na valorização do saber e experiências de cada um, no estabelecimento de novas relações de poder, historicamente centralizado na escola. Constitui, assim, uma forma de educação para o exercício da cidadania e uma forma de exercer a democracia.

Constituem assim finalidades da participação dos pais e da comunidade na organização e gestão da escola e vice-versa:

- Mobilizar apoios diversos para a escola ou para um programa específico. Por exemplo: contribuir com recursos (dinheiro, serviços e materiais) para resolver questões de natureza material;
- Influenciar na tomada de decisões das questões da escola;
- Participar nos processos de programação, avaliação e gestão da escola;
- Contribuir com a abordagem dos conteúdos da realidade no espaço escolar;
- Favorecer a educação dos próprios participantes aumentando suas competências enquanto cidadãos.

A relação entre a escola e a comunidade, para além da participação activa dos pais na educação dos seus filhos, implica uma nova forma de pensar o espaço escolar, ou seja, significa a escola abrir as suas portas para que os agentes da comunidade possam participar na definição do seu rumo, na resolução conjunta dos problemas, na avaliação do trabalho que ela está a prestar. A comunidade envolvente (escolar e não escolar) analisa, sugere, participa na tomada de decisão e contribui para melhorar o funcionamento da escola.

Esta modalidade de relacionamento implica uma nova forma de relações de poder dentro da escola. Implica a participação de directores, professores, alunos, pais e outros actores da comunidade nas questões ligadas a escola. Essas pessoas/instituições, unidas, poderão contribuir significativamente para a resolução dos problemas, para a melhoria da qualidade do ensino e promoção de uma educação mais ajustada aos interesses e necessidades das crianças, da comunidade e da sociedade em geral. Por outro lado esta cooperação abre caminhos para a construção de uma escola mais autónoma onde os problemas e tomada de decisão são debatidos e decididos em conjunto permitindo uma maior integração da escola ao meio e contribuindo para a edificação de uma escola democrática.

De uma forma geral os pais são *envolvidos* nas actividades da escola através de: construções, campanhas financeiras para alguma actividade, reclamações sobre problemas de disciplina, notas baixas, faltas dos filhos... A comunidade não assume um certo nível de responsabilidade pelo rumo da escola, pela avaliação da qualidade do seu trabalho, pela discussão dos problemas. A escola, por sua vez, não está preparada para abrir-se e dividir com a comunidade a tomada de decisão sobre o seu funcionamento e acaba por transformar o rico espaço de participação da comunidade no simples envolvimento, marcado por uma relação utilitarista em vez da cooperação.

O processo de assegurar a participação da comunidade na vida da escola não é simples pois as escolas historicamente não têm essa tradição. Sair de uma cultura onde as direcções de escola (às vezes com os professores) tomam as decisões sozinhas, para uma outra onde vai partilhar os problemas e tomada de decisão com os pais e outras pessoas da comunidade é uma tarefa que requer abertura, motivação e clareza de que

este poderá ser um caminho eficaz para melhorar a educação e construir a democratização da escola. É preciso acreditar também que a trajectória democrática da escola deve ser construída por ela própria, passo a passo, com o envolvimento da comunidade.

É preciso considerar que um processo participativo pode ser difícil para uma comunidade e escola que não têm esta tradição. Porém, *participar só se aprende participando* e esta é uma aprendizagem a ser adquirida pelos diferentes intervenientes escolares e pela própria comunidade a partir da dinâmica *acção X reflexão X acção*. Esta dinâmica garantirá, aos poucos, a emergência de uma escola democrática e prestadora de um bom serviço à comunidade.

Neste processo de edificação de uma nova relação entre a escola e a comunidade a direcção escolar tem um papel muito importante. Ela precisa ser um catalisador desta relação, criando condições favoráveis para que os pais e a comunidade se sintam motivados a participar e contribuir com o funcionamento da escola.

A escola angolana atravessa uma forte crise e sua resolução poderá ser um tanto mais facilitada se ela se abrir para buscar o apoio da comunidade e de outras instituições aí inseridas. Contudo esta relação deve basear-se numa efectiva participação dos pais e comunidade e não numa relação utilitária como muitas vezes se evidencia ao solicitar apenas apoios materiais e financeiros.

Mas é preciso destacar também que a promoção de uma nova relação entre a escola e a comunidade exige uma intencionalidade explícita, ou seja, é preciso que as *directrizes e políticas educacionais do Ministério sejam claras e incentivem e reforcem esta relação*. Se este passo for estimulado, os outros, a escola e comunidades os percorrerão gradualmente, dentro das suas reais condições de funcionamento. Não se pode esperar que todas sigam o mesmo percurso no mesmo espaço de tempo, pois cada uma tem seu ritmo e está inserida numa determinada realidade.

O actual regulamento das comissões de pais estabelecido pelo MEC constitui uma porta de entrada importante para se promover a participação da comunidade na gestão escolar e estabelecer-se uma nova forma de relacionamento entre a escola e a comunidade. Contudo é necessário que este regulamento seja visto como uma base e ajustado à realidade de cada uma das escolas; por outro lado é preciso outras directrizes para o funcionamento da própria escola que oriente uma gestão participativa e democrática.

#### **4.1. A relação escola X comunidade e as políticas nacionais de Educação**

Em Angola a abordagem sobre a relação entre a escola e a comunidade não é nova. Em 1985 o Ministério de Educação já se preocupava com o envolvimento dos pais e encarregados de educação nas tarefas da escola. No seu caderno intitulado “Orientações para as tarefas prioritárias a desenvolver no ensino de base regular no ano lectivo 1985-1986” o MEC considera de grande importância a participação da família na vida escolar e define algumas estratégias para garantir esta participação.

O documento orienta que a colaboração entre a escola e a família deve desenvolver-se dentro dum clima de confiança mútua e de estreita cooperação entre os professores e os pais visando o reforço da ligação entre a escola e a comunidade. Caberia assim à escola:

- Alargar a participação dos pais e encarregados de educação na vida escolar;
- Melhorar as condições organizativas dessa participação;
- Reforçar o estreito contacto entre a escola e a família.

O Ministério de Educação nesta directiva recomendou a mobilização massiva dos pais e encarregados de educação e a constituição de comissões de pais, como órgão coordenador de todo o trabalho a ser realizado pelos encarregados de educação. Os principais objectivos do trabalho da comissão eram:

- Assegurar a participação de todos os encarregados de educação nas assembleias de turma e geral.
- Dinamizar, sempre que possível, tarefas de apoio pedagógico ao processo docente educativo, a serem realizadas pelos encarregados de educação: ajuda e acompanhamento dos trabalhos escolares e controlo das tarefas de casa dos alunos, controlo de assistência e pontualidade às aulas e do aproveitamento escolar.
- Organizar campanhas de trabalho, recolha de ofertas e de fundos destinados à conservação, embelezamento e equipamento de escolas.

Os pais/encarregados de educação eram orientados quanto à forma de apoiar o trabalho dos alunos. Eram realizadas troca de experiências e discussões sobre temas relevantes para a vida e organização da escola, métodos pedagógicos que permitissem uma maior e melhor preparação dos pais.

Compatível com o contexto da época a relação entre a escola e a comunidade pautava-se mais pelo *envolvimento* dos pais nas tarefas da escola que na sua *participação*. Angola vivia sob a égide do regime socialista e não havia espaço para uma participação consciente e voluntária da comunidade/pais nos processos e rumos da escola.

Com os novos rumos democráticos assumidos na nova legislação de 1992, a abordagem da participação do cidadão na vida do país ganha relevo e vários grupos organizados, associações diversas começam a aparecer. Nesse contexto (re) emerge a discussão sobre a relação entre a escola, a comunidade e as comissões de pais. O Ministério de Educação divulga um regulamento para as comissões de pais onde explicita a importância da participação da comunidade na gestão escolar definida no seguinte objectivo: “A comissão de pais visa o reforço da inter-relação escola X comunidade através da efectiva participação dos pais e encarregados de educação nas tarefas de educação e ensino das novas gerações”.

A ADRA, ao mesmo tempo, através da implementação do Programa Onjila, estimula uma nova modalidade de relacionamento entre a escola e a comunidade assente em dois eixos básicos: a) a participação activa da comunidade no funcionamento e rumos da escola; b) a integração da escola na vida da comunidade, através da valorização dos aspectos culturais, produtivos e sociais como conteúdos de ensino e da participação da escola nas actividades da e na comunidade.

#### **4.2. As principais dificuldades na colaboração entre a escola e a comunidade no contexto actual**

O regulamento da comissão de pais elaborado pelo MEC define claramente o seu objectivo, constituição, competência e responsabilidades para os diferentes membros. Esta iniciativa parece demonstrar o interesse e preocupação do MEC em incentivar um novo relacionamento entre a escola e a comunidade e desperta a atenção das escolas (e da comunidade) para esta abordagem. No entanto existem ainda um conjunto de factores que tem dificultado a participação efectiva, a cooperação entre a escola e a comunidade:

- a) As orientações (regulamento da comissão de pais) não são conhecidas<sup>6</sup> (ou não têm sido aplicadas) pelos diferentes intervenientes escolares e pela comunidade. A principal causa desta situação é a fraca circulação da informação entre as estruturas centrais do MEC e a escola.
- b) A forma de elaboração do regulamento (sem a participação das escolas e comunidades). Se as escolas, em conjunto com as comunidades, tivessem sido envolvidas directamente na elaboração do referido regulamento possivelmente poderiam obter uma maior consciência sobre a importância de existir uma participação efectiva da comunidade na vida da escola e vice-versa.

---

<sup>6</sup> Nas duas escolas onde foi realizado este trabalho de sistematização as comissões não tinham conhecimento do regulamento, apesar de já terem ouvido falar. As direcções e secções municipais sabiam da sua existência mas não o tinham em seus arquivos. Esta realidade parece revelar que existe uma certa debilidade nos fluxos de comunicação entre as estruturas centrais do MEC e as escolas.

- c) O sistema de ensino é ainda bastante centralizado. A escola não é aberta à participação e parece que tem medo de avançar com inovações, de criar alternativas para trabalhar com a comunidade.
- d) A escola não se apercebe da importância de trabalhar com a comunidade. O professor sente-se ameaçado com a presença dos pais/encarregados de educação pois a sua preparação académico-profissional não o permite perceber o real papel da comunidade em relação à escola. Por outro lado os pais também não valorizam a sua participação, especialmente porque são chamados apenas para contribuir com os aspectos de natureza material.
- e) A participação da comunidade restringe-se à comissão de pais e deixa de lado outras forças organizativas da comunidade que poderiam contribuir significativamente com as questões ligadas à escola, como as autoridades tradicionais, as igrejas, associações, etc.

Enfim, para todos, escola e comunidade, a vivência com os aspectos participativos ainda é muito incipiente e exige mais aprendizagem por parte de todos.

## **5. Breve enquadramento da relação escola X comunidade no âmbito do Programa Onjila**

A tentativa do programa Onjila intervir no reforço da relação entre a escola e a comunidade data do início da sua implementação (1995) e tinha como objectivo conhecer, resgatar, valorizar e preservar valores culturais da comunidade. Nesta fase o programa intervinha em duas escolas nos bairros Sofrio e Caluva na zona peri-urbana do Lubango<sup>7</sup>.

Num contexto de profundas carências educativas e de crescente queda da qualidade do ensino, identificava-se entre muitos outros problemas, um grande divórcio entre a escola e a comunidade. É assim que nos primeiros anos de intervenção foram realizadas ações em três vertentes:

- a) Reflexão e sensibilização da comunidade no sentido de incentivar o seu envolvimento na ocupação dos tempos livres das crianças com actividades que as levassem ao conhecimento da sua cultura e do seu meio.

---

<sup>7</sup> Nessa primeira fase o programa Onjila intervinha igualmente na zona peri urbana de Luanda (Cazenga) e na comuna do Luacho, município do Dombe Grande em Benguela.

- b) Capacitações das direcções escolares e professores no sentido de se estabelecer um novo tipo de relacionamento entre a escola e a comunidade.
- c) Incentivo a criação de comissões de produção, desporto, recreação e cultura visando o resgate da cultura local.

Como resultado dessas acções foi reactivado e dinamizado o funcionamento de comissões de pais cujas tarefas incidiram no apoio à escola para resolver alguns dos seus problemas, principalmente de natureza material.

Este trabalho inicial, embora ainda sem muita consistência animou a ADRA a estender a sua acção para todas as áreas onde a organização intervinha com projectos de desenvolvimento integrado. Foram surgindo novas comissões, algumas delas criadas a partir dos grupos de educação organizados por estes projectos.

Nesta primeira fase, apesar do programa actuar no eixo da relação escola X comunidade a partir do resgate e valorização dos aspectos culturais, não tinha claro o que se pretendia com as comissões de pais. Realizavam-se acções mas não havia um suficiente seguimento. As direcções escolares, incentivadas pelo MEC tinham um forte protagonismo na criação das referidas comissões mas sem conhecimento do seu papel e das tarefas que deveriam desempenhar junto da escola. Por isso, na maioria dos casos a existência das comissões era apenas nominal.

Na segunda fase de intervenção do programa (1998) a componente da relação escola X comunidade ganha mais consistência e uma série de actividades passam a ser feitas com as comissões de pais: capacitações, reflexões sobre o seu papel, sensibilização sobre a participação dos pais nos apoios materiais às escolas, etc. Ao lado disso a introdução da proposta pedagógica CAT<sup>8</sup> veio reforçar a importância desta relação e introduz novos aspectos para o seu reforço como: a abordagem de conteúdos da realidade como conteúdos de ensino; a participação dos pais (e/ou outras pessoas da comunidade) na abordagem de conteúdos em sala de aula; a participação da escola (professores, direcção) em acções realizadas na comunidade como campanhas diversas, reuniões, festividades, etc.

Evidenciava-se, contudo, que as comissões não funcionavam como um meio para fortalecer a relação entre a escola e a comunidade; predominava uma relação utilitária, onde as comissões estavam envolvidas fundamentalmente com as questões pontuais de reabilitação/construção de infra-estruturas e não tinham o alcance de promover a

---

<sup>8</sup> O CAT (Conhecer, Analisar e Transformar) é uma proposta pedagógica que procura estabelecer uma integração entre a escola e a comunidade a partir da valorização dos aspectos sócio-culturais da comunidade como conteúdos de ensino, da participação dos pais e da comunidade na gestão e funcionamento da escola e da vinculação da escola à comunidade levando esta a também participar da vida comunitária.

participação da comunidade na organização e gestão do espaço escolar. Continuava, assim, a existir um hiato na relação entre a escola e a comunidade.

Aos poucos algumas comissões começaram a envolver-se em outras actividades da escola abrindo caminho para novas abordagens sobre a participação da comunidade na vida da escola e vice-versa.

Em 2000, fruto desta caminhada, o programa na sua proposta da 3ª fase contempla um resultado específico para este eixo de actuação: *“Relação entre a escola e a comunidade reforçada”*. Definiu-se, assim, uma estratégia de trabalho visando clarificar e orientar melhor a intervenção e que contempla as seguintes e principais acções:

- a) Promover a capacitação das comissões, direcções, professores e outros actores comunitários em conteúdos ligados às questões da relação escola X comunidade e participação comunitária.
- b) Reforçar o envolvimento das comissões de pais/encarregados de educação, professores, igrejas, associações e outros grupos comunitários na organização e gestão escolar;
- c) Reforçar o envolvimento da escola (directores e professores) em actividades realizadas pela e/ou na comunidade. Ex.: reuniões comunitárias, campanhas de vacinação, limpeza, etc.
- d) Incentivar a introdução de actividades culturais na escola: canções, danças, jogos, actividades artesanais, etc;
- e) Incentivar a participação de pessoas da comunidade na abordagem de conteúdos específicos na sala de aula: história da localidade, costumes da região, agricultura, etc.

Em jeito de conclusão pode-se dizer:

- Apesar do programa desde o seu início intervir no reforço da relação entre a escola e a comunidade a estratégia para o seu alcance não estava clara e, conseqüentemente, não havia o devido seguimento das acções realizadas para este fim.
- A criação das comissões foi incentivada pelas direcções de escola e o seu funcionamento foi apoiado pelo programa Onjila. Porém a participação das comissões nas ações da escola voltava-se mais para as questões de natureza material e praticamente não se evidenciava a participação da escola na vida da comunidade.

- O programa foi construindo a sua trajectória com a prática e a reflexão constante da mesma. É isso que o levou a desenhar uma estratégia clara quatro anos depois de iniciada a intervenção.

## **6. A experiência da relação entre a escola e a comunidade nas escolas 65 e do Mamboto**

A abordagem sobre a relação escola X comunidade no contexto angolano não pode estar dissociada da recente trajectória democrática do país<sup>9</sup>. Apesar do discurso oficial sobre esse assunto não ser novo<sup>10</sup>, conforme referenciado no capítulo 4.1, na prática a participação da sociedade, neste caso, a participação da comunidade, é uma realidade bastante recente e em construção. A situação nas escolas em referência enquadra-se perfeitamente neste contexto e revela que estas experiências constituem, na verdade, uma tentativa de se construir uma estreita relação entre a escola e a comunidade a partir da participação efectiva da comunidade na vida da escola e vice versa.

São experiências recentes e com os contornos participativos compatíveis com os processos democráticos iniciados há muito pouco tempo, o que significa que a dimensão da participação da comunidade ainda é entendida apenas por alguns poucos e a escola, historicamente fechada à participação da comunidade e ainda imbuída da carga ideológica antidemocrática, apresenta limites e receios para promover este processo.

As experiências da escola 65/Humpata e do Mamboto têm especial relevância não tanto pelos resultados que apresentam, pois são ainda embrionários, mas, muito mais pela iniciativa de se tentar construir uma nova relação entre a escola e a comunidade que poderá ser, de facto, uma referência para a abertura e democratização da escola, para a sua transformação numa instituição próxima da comunidade, cujo trabalho considere os interesses e expectativas das populações. *A caminhar só se apreende caminhando* e a relação entre a escola e a comunidade nestas áreas e em Angola de uma forma geral, é uma caminhada que está só a iniciar.

---

<sup>9</sup> Angola, após a sua independência em 1975, assumiu o regime socialista e em 1992 adoptou a democracia.

<sup>10</sup> Num documento intitulado “Orientações para tarefas prioritárias no Ensino de Base Regular no ano lectivo 1985/1986 – Luanda” encontra-se uma série de diretrizes e estratégia para promover esta cooperação. Compatível com o regime político da época, este documento apresenta uma forte carga política ideológica. Contudo os princípios subjacentes defendem a interação entre a escola e a comunidade e o tratamento das questões locais (da comunidade) no espaço escolar. Parece, no entanto que quase nada daquele tempo restou. Das experiências passadas, a única referencia identificada nestas escolas sobre a relação escola X comunidade foi a ideia do apadrinhamento da escola que está contemplado no regulamento em referencia.

Ao estudar a relação escola X comunidade pretendia-se perceber o *nível de participação da comunidade na gestão escolar e o papel da comissão de pais neste processo*. A análise nas duas escolas em referencia obedeceram duas categorias:

- a) Estrutura e funcionamento interno das comissões de pais: papel; tomada de decisão; normas de funcionamento; actividades que realizam e seus efeitos; liderança; relacionamento estabelecido com a direcção, professores, alunos e outras instituições locais (administrativas, tradicionais, igrejas, associações e outros grupos comunitários); representação que pais, professores e direcção fazem da comissão.
- b) A relação escola X comunidade: participação da comunidade na resolução dos problemas da escola, na apresentação de sugestões para seu melhor funcionamento; e, por outro lado, dos professores e director nas discussões, reuniões, comemorações e outras actividades realizadas na comunidade.

## **6.1. A experiência da comissão de pais na escola 65 - Humpata**

Conforme descrito no capítulo 3, a escola nº 65 é a principal escola de primeiro nível do município da Humpata e está localizada na Sede.

A direcção da escola que desencadeou a constituição da comissão de pais, foi substituída em Outubro do ano 2000. A actual direcção encontra-se numa fase de conhecimento dos processos desencadeados pela antiga direcção e pela comissão. Com essa mudança, inicialmente, houve uma certa interrupção na dinâmica de cooperação que estava a ser estabelecida entre a escola e a comunidade através da comissão de pais. Contudo a situação está a se regularizar aos poucos, conforme aumenta o conhecimento mútuo entre as partes.

Na Escola 65 o surgimento da comissão de pais data de Outubro de 1997, incentivada pela direcção escolar que via na comissão a possibilidade de fortalecer a relação entre a escola e a comunidade. Até então esta relação era marcada pela participação dos pais em reuniões pontuais promovidas pela escola, conforme diz um membro da comissão: *“os pais apareciam junto da escola mas não de forma organizada. A escola chamava os pais individualmente para falar dos problemas dos filhos”*. A escola apoiava-se na directiva do MEC de 1985 que regulava este relacionamento.

A selecção dos membros da comissão foi feita a partir de uma lista com 12 candidatos apresentada pela direcção numa assembleia realizada com a participação de pais e professores. Dos doze candidatos foram eleitos *oito*, distribuídos nas seguintes funções: um coordenador, um tesoureiro, um docente responsável pelas actividades extra-escolares, um secretário, dois conselheiros e dois membros activos. *“Foi um processo democrático muito importante na escola”*.

## **Estrutura e funcionamento da CP**

*“A comissão de pais é um órgão representativo dos pais e encarregados de educação na escola e constitui a organização de base da família na escola. A comissão de pais, visa o reforço da relação escola-comunidade, através da efectiva participação dos pais nas tarefas de educação/ensino das mais novas gerações.”*

### *Constituição e papel da comissão*

A comissão é formada por oito membros dos quais um é professor. O soba (Mandandi) da Humpata e outro mais velho (Mirrado) exercem o papel de conselheiros da comissão. O coordenador da comissão destaca que tem recorrido não só a estes conselheiros, mas também a outros mais velhos para pedir aconselhamentos para os trabalhos. *“Os mais velhos têm dado muitas idéias úteis para o trabalho da comissão”*. Mas apesar da comissão ser constituída por oito membros nem todos participam regularmente das actividades. Existe contudo a prática de circular a informação para todos.

Com a comissão pretendia-se organizar a cooperação entre a comunidade e a escola de modo a se encontrar mais facilmente alternativas para os vários problemas que a escola enfrentava: *“A comissão surgiu para servir de porta-voz das preocupações dos pais junto da escola. O papel da comissão é ajudar a escola, porém a responsabilidade da gestão da escola é dela própria. Por exemplo: a coelheira da escola não pode ser de responsabilidade dos pais. São os professores que lidam diariamente com os alunos e podem organizá-los para cuidar, escalando turmas, distribuindo responsabilidades entre os alunos. O papel dos pais é apoiar na infra-estrutura, na orientação dos cuidados a ter, na alimentação etc, mas não pode ser de gerir”*.

Para a comissão as suas ações não podem esvaziar o papel da escola, que deve exercer a liderança da sua actividade contando com a cooperação da comissão e da comunidade em geral, visando a educação da criança: *“A motivação dos alunos depende em grande medida do dinamismo da escola, isto é, a escola precisa realizar actividades que consigam atrair e motivar a criança a permanecer na escola. A outra contra-parte é a família”*.

### *Plano de trabalho e regulamento*

A comissão reúne-se ao fim de cada trimestre com os pais, direcção, professores para analisar o comportamento dos alunos, as notas, os problemas vividos pela escola. Contudo, este calendário não está a ser cumprido na íntegra.

Até 1999 a comissão não tinha um plano de trabalho e as ações consistiam em participar de reuniões promovidas pela direcção no fim dos trimestres e apoiar a escola quando solicitada pela direcção.

Em 1999 a CP elaborou um plano de actividades para 99/00<sup>11</sup> com o apoio da direcção escolar. Neste plano as responsabilidades estão distribuídas entre os diferentes membros o que pode querer demonstrar uma certa visão em termos das responsabilidades de cada um e o princípio de não concentrar as tarefas no coordenador. Contudo, o plano não serviu para orientar devidamente o trabalho da comissão: *“O plano foi elaborado mas não o temos implementado como deveria. Algumas actividades realizamos, mas a maioria não. Também não paramos para avaliar porque não realizamos e o que deveria ser melhorado. Faltou acompanhar isso”*. Para a comissão a programação e balanço ajudam a organizar o trabalho, mas ela não priorizou a sua implementação. Isso pode demonstrar o estágio ainda embrionário do seu funcionamento e a pouca apropriação do valor que poderão ter estes mecanismos na qualificação do seu trabalho. Ao lado destes aspectos internos, a mudança de direcção quebrou uma certa dinâmica de funcionamento que estava a ser iniciada.

As principais actividades que a CP realizou nos últimos dois anos foram:

- A sensibilização dos pais e encarregados de educação para o seu maior envolvimento nas tarefas da escola.
- A reflexão com a direcção da escola e os encarregados de educação sobre o comportamento e rendimento dos alunos.
- Reparação de carteiras, confecção de bancos, dinamização da horta escolar e a coelheira.

A tarefa da confecção dos bancos foi a que teve maior eco junto da comunidade. Foram entregues 11 bancos o que garantia a muitas crianças deixarem de sentar sobre pedras. Os pais contribuíram com pregos, madeira e mão de obra. A directora provincial participou da solenidade de entrega e isso foi um marco significativo na história da comissão.

Mas na sua trajetória a comissão deparou-se com momentos difíceis. Um dos que mais a marcou foi uma reunião em que os encarregados de educação levantavam questionamentos sobre a gestão dos recursos. *“Os pais fizeram acusações à direcção e aos professores porque não havia transparência. A reunião foi muito debatida e difícil de*

---

<sup>11</sup> As actividades planificadas são: reunião periódica da comissão para avaliação do grau de cumprimento do plano; realização de assembleias com os encarregados de educação; acompanhamento sistemático do aproveitamento escolar dos alunos; realização de assembleia ao fim do ano lectivo com a direcção e encarregados; realização (em conjunto com as autoridades tradicionais) de campanha para confecção de adobes para levantamento de salas anexas; angariamento de fundo de maneio e sementes para a horta escolar; elaboração de um regulamento interno da comissão; realização de uma assembleia para renovação de mandato da comissão; estreitamento de relações de trabalho com outras organizações sociais e autoridades tradicionais locais.

*conduzir mas depois a direcção concluiu que aquilo era bom, que era importante haverpositor; a democracia se constrói é mesmo assim”.*

A comissão não tem um regulamento próprio. Esta actividade foi planificada em 99 mas não foi realizada. Por outro lado, não conhece o regulamento publicado pelo MEC em fins de 2000. Os outros agentes escolares (secção municipal, direcção, professores) já ouviram falar deste regulamento mas também não o conheciam.

Depois do Programa Onjila ter distribuído um exemplar do regulamento a cada um dos agentes escolares, alguns aspectos nele constantes foram discutidos com os membros da comissão que destacaram a utilidade que poderá ter o documento para uma melhor organização dos seus trabalhos. Contudo, a comissão pensa em elaborar o seu próprio regulamento, ajustando o emitido pelo MEC à realidade da escola nº 65 na Humpata. A secção Municipal da Humpata destaca a importância de se fazer este trabalho a nível de todas as escolas do município apoiando-se nas experiências da CP da escola 65.

#### *A tomada de decisão e prestação de contas*

A comissão tem três momentos de reunião: um interno, outro entre a comissão e a direcção (nem sempre todos os membros estão presentes), e um terceiro entre a comissão, direcção, professores e encarregados de educação.

A tomada de decisão na comissão é feita de forma colectiva, a partir do consenso de todos ou da maioria, porém nem sempre todos estão presentes nos momentos de tomada de decisão. Mesmo na ausência do coordenador em determinados casos os membros presentes tomam decisões. *“Há decisões que não podem ser adiadas, por isso quem está presente deve avançar”*

A comissão presta conta do seu trabalho aos pais e encarregados de educação. Contudo não existem espaços específicos para fazer este trabalho, ocorrendo em momentos de reunião onde a comissão dá um ponto de situação do trabalho realizado, apresenta os incumprimentos verificados, etc. *“A comissão não tem momentos específicos só para prestar contas aos pais encarregados de educação. Nas reuniões em conjunto com os pais e a direcção, ela pontualiza o que está a fazer, o que foi feito ou o que vai ser feito”.*

#### *Participação da CP na gestão financeira da escola*

São três os níveis de gestão financeira existentes:

- a) A direcção escolar controla os fundos (provenientes de matrículas e confirmações) e dá a conhecer à comissão de pais e encarregados de educação a aplicação destes recursos nas reuniões realizadas com os pais, comissão, professores.

- b) A comissão de pais gere os fundos arrecadados das contribuições dos pais para actividades pontuais de melhoria das condições físicas da escola. É o caso dos recursos destinados para a confecção de bancos e reparação de carteiras. Para o controle destes fundos a comissão de pais possui um bloco para o registo das entradas e saídas. Nas reuniões com os pais apresenta um ponto de situação sobre o arrecadado e a sua aplicação.
- c) São criadas, sob orientação da direcção escolar, comissões ad-hoc para dinamizar actividades pontuais e gerir fundos relacionados com estas actividades. Ex.: apoio às populações vítimas das cheias do Namibe, comemoração de efemérides, etc.

A divisão de responsabilidade na gestão tem sido uma experiência muito boa, contudo os mecanismos utilizados para a prestação de contas dos fundos oriundos das matrículas e confirmações devem ser melhorados para garantir uma maior transparência das entradas e saídas. Esta transparência a todos os níveis é um aspecto fundamental para se estabelecer uma relação de confiança e, especialmente, aproximar cada vez mais os pais e a comunidade do espaço escolar.

#### *Relacionamento da comissão com outros actores*

*“A troca de experiência, reflexão conjunta dos problemas entre comissões, secção municipal, missões fortalece o trabalho das CP e abre espaços para discussão e resolução dos problemas da educação no município.”*

#### Com a direcção, professores e pais

O relacionamento entre a comissão e a actual direcção foi abalado com a mudança da direcção ocorrida no segundo semestre de 2000, estando nos últimos meses, a evoluir. Tem sido marcado especialmente pela participação da comissão nas reuniões ao fim dos trimestres e no início do ano lectivo; participação do coordenador no conselho de direcção; consultas à comissão antes da tomada de decisões relevantes para escola. Ocorrem também, muitas vezes, conversas informais entre o coordenador e o director da escola.

A direcção e os professores valorizam a participação dos pais e aderem às sugestões feitas pela comissão. Consideram que desde a criação da comissão melhorou significativamente o relacionamento e aproximação com os pais. *“Muitos pais já falam com uma outra visão e interesse com os professores”*.

*“Está a existir uma influencia muito boa no seio da comunidade. Há famílias que consideram a escola uma ilha e com este trabalho vai ganhando mais visão para atuar melhor.”*

*“A comissão faz visita a escola, detecta que os alunos sentam nas pedras e actua para melhorar.”*

*“A comissão sugeriu aos professores que encaminhassem os cadernos de avaliação dos alunos da 4ª classe para casa e os pais passaram a controlar as notas dos filhos”.*

Consideram o relacionamento com a CP positivo e está claro que o seu papel consiste em reforçar a inter-relação entre a escola e a comunidade através da efectiva participação dos pais/encarregados de educação nas tarefas de educação e ensino das crianças. Contudo reconhecem que o trabalho é ainda incipiente. A experiência é muito recente e ainda há muito por se fazer. São muitos os pais que acham que não têm nada a oferecer a escola e também há professores que coadunam com este mesmo ponto de vista e não estimulam o relacionamento. *“É preciso haver uma sensibilização de todas as partes, é preciso capacitar todos os envolvidos, comunidade, direcção e professores... pois esta é uma experiência nova para todos e há muito que se aprender”.*

Se para a direcção e alguns professores o papel da comissão e da comunidade está aparentemente claro o mesmo não acontece com a maioria dos pais. A relação com a CP é boa e eles reconhecem o seu importante papel, mas questionam a sua contribuição (dos pais) às ações da escola alegando que este papel é de competência do estado e eles não o podem substituir. *“Ha pessoas duras nas suas interpretações. Dizem que a responsabilidade pela escola é do estado e não contribuem”.*

Se por um lado, conforme destaca a comissão, este argumento apresentado pelos pais demonstra o seu pouco interesse pela escola e sua fraca percepção da importância da relação entre a escola e a comunidade, por outro, demonstra também um certo nível de consciência sobre o papel preponderante que tem o estado na educação da população, especialmente num contexto de muita vulnerabilidade como se verifica nessas comunidades. A comissão reconhece que existem muitos pais que não têm capacidade para contribuir com as solicitações que às vezes são feitas, precisando inclusive de apoio dos outros para manter os seus filhos na escola. Mas existem pais que vêm a participação de uma forma mais positiva: *“a responsabilidade da educação dos nossos filhos não é só da escola, por isso precisamos trabalhar em conjunto”.*

A postura de resistência dos pais parece ser também reflexo da relação utilitária que ainda prevalece para com a comunidade e do baixo nível económico de muitos pais: são mais chamados para ajudar a escola a ultrapassar os problemas de natureza material devido às enormes dificuldades que apresentam.

A carência de recursos vividos pela escola é uma realidade e limita sua acção. *“As escolas não têm orçamento e os poucos recursos recebidos são destinados ao pagamento dos salários. É uma realidade que o estado tem deixado de lado a assistência aos alunos”.* A participação da comunidade na vida da escola não esvazia,

contudo, o papel do estado na garantia de condições essenciais para o bom funcionamento da escola. É preciso que esta participação seja vista como uma cooperação para a melhoria da qualidade da prestação do serviço da escola à comunidade visando a educação da criança e o desenvolvimento da comunidade de uma forma mais geral.

Existe um consenso geral (pais, professores e direcção) de que a comissão de pais tem desempenhado um papel importante na ligação entre a escola e a comunidade e que tem contribuído para ajudar a resolver alguns problemas e aproximar a escola da comunidade e vice versa.

#### Relação da CP com outras instituições locais (administrativas, tradicionais, igrejas, associações e outros grupos comunitários)

A relação da CP circunscreve-se à escola e aos pais. Com a ADRA há uma grande aproximação e membros da comissão participam de sessões de capacitação, reflexões promovidas pela ADRA. Faz contactos pontuais com a secção municipal de educação da Humpata para reflectir questões ligadas à escola. Iniciou uma discussão com o governo para incluir a escola no plano de investimento público mas não obteve ainda resultados.

Com outras organizações comunitárias não existe articulação, reflexão conjunta dos problemas ligados à escola. A CP, contudo reconhece que um maior envolvimento com outros actores (autoridades tradicionais, igrejas, coordenadores de bairro, secção municipal de educação, etc) poderia imprimir uma dinâmica maior na comunidade para se reflectir e procurar soluções em conjunto para os problemas vividos pela escola. Por outro lado esta dinâmica poderá incentivar o trabalho noutras escolas do município que inclusive, segundo alguns depoimentos, vivem problemas mais complexos que os vividos pela escola 65. *“Nos bairros existem mais crianças fora da escola do que na Sede. Nos bairros os problemas são ainda maiores”*. Igualmente seria proveitosa a troca de experiência com outras comissões e missões da região para reforçar o trabalho da comissão, das escolas e a tomada de consciência das comunidades sobre a importância desta cooperação.

### ***A participação da comunidade na vida da escola e vice-versa***

*“Está a existir uma influência muito boa no seio da comunidade. Há famílias que consideram a escola como ilha e com este trabalho vai ganhando mais visão para actuar melhor junto da escola” (Director da Escola n.º 65).*

### *A participação da comunidade na resolução dos problemas da escola*

Antes da constituição da CP a participação da comunidade era pontual e dava-se mediante as necessidades de cada um, da escola ou dos pais. Hoje a comissão tem dinamizado uma nova forma de relacionamento e interação entre a escola e a comunidade.

O nível de participação dos pais nas reuniões e/ou outras actividades convocadas pela comissão e pela direcção ainda é baixo. Apesar de não existirem dados precisos, estima-se uma presença de 20%, isto é, de 60 a 70 participantes. A ex-direcção da escola destacou que, mesmo não sendo ainda o desejável, este nível de participação deve-se ao trabalho da CP: *“desde que ela começou a funcionar os pais têm se envolvido nas tarefas e problemas da escola”*. Contudo, muitos pais ainda não despertaram acerca da importância da relação escola-comunidade: *“Os pais têm ideias antigas, porque antigamente o governo é que dava tudo. Hoje a coisa mudou, nós temos que ajudar para melhorar as condições de estudo dos nossos filhos”*.

A mobilização dos encarregados de educação é feita através dos professores e alunos. A transmissão da informação pelos alunos, especialmente as crianças menores, não tem funcionado devidamente, pois muitas vezes elas não repassam o recado, ou não sabem repassá-lo aos pais.

Os novos horizontes abertos pela comissão na relação entre a escola e a comunidade assenta em dois níveis:

- a) Apoio à escola no âmbito organizativo e material: melhoria da infraestrutura, apetrechamento, material didático, implementação de hortas (disponibilização de sementes, charruas,... etc) e confecção de coelheiras.
- b) Apoio no âmbito da valorização dos aspectos culturais da comunidade: prestar informação e ajudar os professores trabalharem com os conteúdos da realidade e promoção de actividades que valorizem a cultura local. *“Através do funcionamento da comissão de pais, a escola conheceu a cultura da comunidade. Um exemplo é que negociou-se com as instâncias superiores para não prejudicar os alunos que vão à circuncisão no mês de Junho e Julho”*.

O primeiro aspecto é mais corrente e tem sobressaído na relação entre a escola e a comunidade. O segundo parece ser uma inovação significativa e aponta para uma modalidade de cooperação que poderá contribuir para mudar a *cara* da escola que ao

longo dos anos tem estado de costas para a realidade que a cerca. De uma forma geral a escola hoje se preocupa apenas em transmitir conhecimentos dos livros para os alunos e sequer estabelece uma ligação com a realidade social, económica e cultural que o rodeia.

Geralmente no mês de Julho muitas crianças do sexo masculino, deixavam a escola para fazer parte dos ritos da circuncisão e no seu regresso não eram aceites na escola pois já haviam perdido muitas aulas. Este problema foi discutido entre os pais, direcção, professores e outras instancias do MEC no município e encontrou-se uma saída para o problema. *“Esta solução foi uma grande lição para se perceber a importância da escola e a comunidade trabalharem juntas”*.

A ligação da escola à vida tem outros exemplos, que mesmo sendo pontuais pode revelar o início de uma caminhada: alguns professores levam os alunos a trabalhos práticos nos campos e solicitam a contribuição de pais na explicação de alguns assuntos (agricultura); mobilizam os pais para as campanhas de vacinação que ocorrem no município.

A relação traz benefícios também para o trabalho directo na sala de aula: *“alguns pais ajudam as crianças nas tarefas escolares o que torna mais fácil o trabalho do professor, ajudam as pesquisas que as crianças realizam no âmbito do CAT”*. Nesse sentido a comissão de pais tem se preocupado em sensibilizar os pais para ajudar os seus filhos nas actividades escolares.

Se por um lado, conforme vimos anteriormente, a CP encontra-se distanciada de outras forças organizativas da comunidade, com a escola acontece quase o mesmo. Existem várias instituições no município sede<sup>12</sup>, mas a relação da escola circunscreve-se à secção Municipal de Educação, a Administração Municipal, a Direcção Municipal dos Desportos, ADRA e CP.

A CP e a escola analisam que algumas das instituições, que hoje não têm relação com a escola, poderão jogar um papel muito importante na vida desta, tal como a comissão de pais. É o caso dos coordenadores de bairros, igrejas e sobas. Estas instituições poderão contribuir com a consciencialização da comunidade sobre as questões de educação, educação cívica e apoiar a escola na realização de trabalhos manuais, sensibilização/mobilização para as reuniões e outras actividades promovidas pela escola e/ou comissão de pais.

Apesar dos pequenos passos dados, a relação entre a escola e a comunidade é uma prática nova para as escolas e para a comunidade. É uma caminhada que precisa ser

---

<sup>12</sup> Administração Municipal; Sobas; Secção Municipal de Educação; Direcção Escolar; Saúde; agricultura; MINARS; Igrejas; Comércio Interno; OMA; Promoção da Mulher; PROMAICA; C. Partido; comissão de pais; Correios; Registo Civil; SINPROF; UNACA; ADRA; Coordenadores de bairro.

feita por todos, gradualmente, definindo-se propósitos que demonstrem o interesse em mudar a cara da escola. *“É preciso realizar reflexões, capacitações, debates a todos os níveis (directores, professores, pais, comissão, Secção Municipal de Educação e comunidade em geral) para que ganhem mais experiência e assim melhor se envolvam nas actividades da escola e vice-versa. O dinamismo da direcção escolar influencia positivamente a participação da comunidade nas tarefas escolares”.*

A CP é o órgão representativo dos pais/encarregados de educação na escola, contudo a participação das outras forças comunitárias (endógenas e exógenas) não deve ser descuidada se almejamos uma escola integrada na comunidade. A abordagem oficial (explicitada no regulamento da CP) faz referencia apenas a CP, porém a participação dos outros actores comunitários é igualmente importante devido, especialmente, a representatividade que têm nas comunidades, o seu conhecimento da realidade local e capacidade de mobilizar as populações. Por isso a sua participação na vida da escola deve ser igualmente estimulada. Poder-se-ia estimular a constituição de um conselho com assento, para além da comunidade escolar e representação do MEC, de outros actores comunitários como as organizações tradicionais, associações, igrejas, etc.

*Participação dos professores e director nas discussões, reuniões, comemorações realizadas na comunidade.*

Na realidade da escola 65 a comunidade está um pouco mais próxima da escola, mas esta se encontra ainda distante da vida da comunidade, apesar de algumas iniciativas dos professores, conforme referido anteriormente. São poucas as actividades na comunidade em que os professores e direcção participam. Por outro lado a comunidade não tem uma instancia organizativa com actividades regulares o que pode dificultar a participação e contribuição da escola nas suas actividades.

Ao lado disso existe ainda pouca compreensão da própria escola sobre a importância da sua inserção na comunidade, da necessidade de se estabelecer uma estreita ligação com a vida, a cultura da comunidade, de trabalhar o conhecimento da realidade como ponto de partida para outros conhecimentos, etc. Tudo isso são processos muitos novos e estão a dar os primeiros passos.

### **A HISTÓRIA DA PARTICIPAÇÃO VOLUNTÁRIA DE UM PAI (Padrinho da Escola n.º 65)**

O senhor Daniel é polícia, tem 42 anos, é natural do Huambo e desde 1978 vive na Humpata. Tem 8 filhos que estudam na escola nº 65. Desde 1997 vem contribuindo para a melhoria das condições da escola através de:

1. Apoio na dinamização da horta escolar (sementes, lavoura e assistência técnica).
2. disponibilização de paus e madeira para a construção da coelheira.

O senhor Daniel diz que um dos motivos que o leva a contribuir com as acções da escola é a intervenção do programa Onjila: “Se as pessoas que vêm de fora têm contribuído para a melhoria da escola 65, porque não eu como residente e com filhos ali, não dar o meu contributo no que sei e no que posso fazer?”

A senhor Daniel considera muito importante a relação entre a escola e a comunidade e que esta cooperação pode ser de muita utilidade para uma melhor preparação da criança: “A escola deve ensinar a ler e escrever mas também formar o homem dentro da sua cultura, sua região para que a criança tenha inúmeros recursos e possibilidades para a sua vida”.

Relativamente a comissão de pais o senhor Daniel destaca: “A comissão é um órgão impulsionador, uma voz aberta junto dos demais pais.”

No futuro o senhor Daniel pretende continuar a contribuir para a melhoria da escola 65 com a madeira para confeccionar mobiliário escolar e disponibilização de uma porção de terra dentro da sua propriedade para a ampliação da horta escolar. Estará também sempre disponível para contribuir com os professores no ensino de conteúdos e práticas agrícolas às crianças.

Ele diz com prazer que a agricultura é uma das coisas que ele faz muito bem.

## **6.1.1. Recomendações**

Visando imprimir uma maior dinâmica na relação entre a escola e a comunidade e melhorar o funcionamento das comissões de pais, destacamos os aspectos a seguir que devem ser considerados nos trabalhos futuros:

- a) A comissão de pais deve elaborar o seu regulamento tendo em conta a realidade local e o regulamento do MEC.
- b) A comissão de pais e a direcção da escola devem envolver as igrejas, autoridades tradicionais, coordenadores de bairro nas acções de sensibilização dos pais e encarregados de educação.
- c) A direcção da escola deve realizar acções de sensibilização e capacitação dos professores para reforçar a relação escola X comunidade. Para isso deve contar com o apoio do Programa Onjila.
- d) A escola deve realizar actividades que envolvam a participação dos pais como: palestras, debates, campanhas de arborização, actividades culturais, etc.
- e) A comissão deve fazer um plano anual e seu balanço regular.
- f) A comissão deve fazer o registo de todas as actividades realizadas e organizar uma pasta com toda a documentação.
- g) O professor deve conhecer mais a realidade e cultura local e estar inserido nas actividades da comunidade. Esta abordagem deve ser trabalhada nas sessões de capacitação.
- h) A equipa do programa Onjila, em conjunto com a escola, CP e representantes do MEC deve reflectir sobre a participação de membros do governo local e de outros actores da sociedade na comissão de pais para contribuir com as reflexões dos problemas vividos pela escola, que envolvem a todos.
- i) Tendo em conta que os problemas da educação não se restringem à escola da Sede, a secção municipal de educação deverá aproveitar a experiência da comissão da escola nº 65 e reflectir sobre a relação escola X comunidade (e outras questões) a nível de outras escolas do município. Para isso deverá mobilizar outros apoios como das Igrejas, autoridades tradicionais e pessoas influentes.
- j) A CP, de modo a reforçar o seu trabalho junto da comunidade, deverá buscar um maior envolvimento das autoridades tradicionais nos seus trabalhos.
- k) A comissão deve prosseguir com o apoio às actividades da criação de coelhos e de ampliação da horta escolar.

- l) A CP deve procurar ampliar as parcerias com outros actores da comunidade para ajudar a resolver os problemas encontrados.
- m) A CP deve trabalhar mais com a direcção e professores a fim de melhorar a conservação das carteiras e comportamentos dos alunos.
- n) Aprofundar com a direcção da escola a ideia da criação de uma cantina escolar.
- o) Em conjunto com a escola deve pressionar o governo para conseguir financiamento para a ampliação da escola.
- p) Melhorar a forma de sensibilização e mobilização dos pais e encarregados fazendo recursos a outros mecanismos para repassar a mensagem, como: recados escritos, mobilização nos cultos, envolvimento das autoridades tradicionais e coordenadores de bairro...

## **6.2. Experiência da comissão de pais na Escola do Mamboto**

A área do Mamboto dista a 18 km da sede do Lubango. Antigamente era designada por Macola, devido a existência de uma pequena lagoa a que chamavam de Caiva ka Capitango. A construção de uma represa na região aumentou o volume de água e atraiu muitos sapos para a lagoa. Em decorrência disso a comunidade passou a chamar a área de Mamboto, que em língua local é *omamboto* o que significa muitos sapos.

Nesta área até bem pouco tempo não existia escola. As crianças estudavam nas localidades vizinhas de Vikendje, Muquete e Hidromina, que distam todas a mais de cinco quilómetros do Mamboto. Este problema levou a comunidade, por intermédio do soba Brandão Tchombé, a solicitar à administração comunal da Huíla, a construção de uma escola na área.

Durante 04 anos os professores deram aulas nas dependências do armazém da associação, sem mobiliário nem condições de iluminação. Em 2001, porque as paredes destas passaram a ter muitas fissuras, os professores passaram a dar as aulas debaixo de uma mulembeira. Ao mesmo tempo, a comunidade, com o apoio da ADRA - Programa Onjila, construiu uma escola que tem 03 professores, 215 alunos e uma directora. Os professores e a direcção não vivem na área do Mamboto; alguns residem na cidade do Lubango e outros a 05 km da escola (na sede da comuna) e deslocam-se, diariamente, a pé, para dar aulas.

É importante contextualizar que a população do Mamboto não tem tradição com a actividade escolar. Esta população não considera a escola como uma prioridade e são inúmeras as vezes que os pais vão até a escola buscar os filhos para apascentar o gado ou fazer algum outro trabalho agrícola. Assim uma das grandes prioridades do trabalho da escola é a consciencialização dos pais sobre a importância da escola para a educação dos seus filhos. A relação entre a escola e a comunidade é desenvolvida neste contexto.

### ***Estrutura e funcionamento da comissão de pais***

A comissão de pais do Mamboto existe desde 1999, a partir da intervenção do Sub-Programa Onjila. É composta por 9 elementos sendo 6 homens e 3 mulheres, distribuídos nas seguintes funções: um coordenador, um coordenador adjunto, uma secretária e seis vogais. O coordenador foi eleito pela comunidade por ter longa experiência de vida e ser um homem de confiança, honesto e com juízo.

A comissão de pais funciona sem um plano previamente elaborado e as tarefas são feitas de forma espontânea e de acordo com as necessidades de momento. As principais actividades realizadas foram:

- Mobilização da comunidade para participar nas actividades de construção da escola e enviar os filhos à escola;
- Encontros com a direcção e professores da escola para conversar sobre os seguintes assuntos: situação dos alunos nas aulas, importância da escola para comunidade, necessidade da participação de todos os pais para a conclusão da obra de construção da escola, envolvimento dos pais nas actividades da horta e lavra escolar.

Os principais resultados da cooperação entre a escola e a comissão foram a construção da escola e a organização de um fundo para o seu benefício, oriundo da lavra e horta escolar. Estes fundos foram geridos pela comissão de pais e contribuíram para a compra de sementes para continuar com a actividade e algum material didáctico para a escola.

A comissão do Momboto não tem um regulamento nem conhece o divulgado pelo MEC, em fins de 2000. As demais estruturas do MEC que se relacionam directamente com a escola (direcção, SME, CEC), também não o conhecem. Discutido o regulamento divulgado pelo MEC com a comissão foi destacada a importância deste documento para melhorar o trabalho da comissão.

Mas a comissão tem planos e sonhos para o futuro, como:

- Trabalhar mais no sentido de ajudar a escola a controlar os pais dos alunos que não gostam de participar das actividades da escola;
- Apoiar a conclusão da escola;
- Construir latrinas;
- Construir casas para os professores;
- Concluir a coelheira colectiva.

A falta de um plano de trabalho e de algo que clarifique e oriente o papel da comissão são indicativos do estágio embrionário desta forma organizativa representativa dos pais na escola. O trabalho da comissão é feito pontualmente para responder necessidades pontuais da escola evidenciando que um grande percurso precisa ser feito para se estabelecer uma outra modalidade de cooperação, de participação da comunidade na gestão escolar aos seus mais diversos níveis. O conhecimento e assumpção do regulamento divulgado pelo MEC e sua conseqüente adaptação à realidade do Mamboto, a elaboração de um plano de trabalho conjunto (comissão, escola), a capacitação de todos os intervenientes constituem pontos de partida fundamentais para se elevar a consciência em torno da importância de um nível de participação efetiva da comunidade na vida da escola e vice-versa.

Inicialmente foi difícil a escolha da liderança da comissão de pais porque as pessoas indicadas não aceitavam o cargo, o que levou a realização de vários encontros de sensibilização. A liderança foi assumida pelas mesmas pessoas que estão à frente da associação e facilita a integração da actividade da comissão a outros níveis da comunidade. A tomada de decisão tem sido um exercício de cooperação e partilha entre todos os membros, conforme destaca o soba: *“o coordenador é uma pessoa que partilha das ideias de todos, gosta de trabalhar em conjunto”*.

#### Relação da comissão com outros actores

A relação entre a comissão de pais e a direcção tem sido boa porque têm trabalhado em conjunto na questão da dinamização da horta escolar, fornecimento de algumas sementes, e participação de alguns membros da comissão nos trabalhos da horta e lavra escolares.

Os professores consideram que a comissão tem desempenhado um papel importante no estabelecimento da comunicação entre a escola e os encarregados de educação, especialmente por não dominarem a língua local. Desde a sua existência melhorou a relação entre a escola e a comunidade.

Na presença de membros da comissão e/ou outros líderes da comunidade, os professores deslocam-se às casas das pessoas para sensibilizá-las sobre a importância

de enviarem os filhos para a escola e pedirem apoio aos pais para ajudar em algumas actividades da escola como a lavra e horta escolar.

A escola (professores e direcção) percebe a importância da estreita cooperação entre a escola e a comunidade, mas assente ainda em questões pontuais para resolução de problemas vividos pela escola. Contudo não existe uma visão que considere esta participação como uma condição para a melhoria da sua prestação de serviço à comunidade. A escola ainda continua presa ao seu papel clássico de transmissora de saberes muitas vezes completamente deslocados da realidade onde está inserida.

O comportamento da escola não pode ser visto, contudo, fora das políticas que regulam o seu funcionamento. E as políticas implementadas até aqui não priorizaram esta abordagem dentro de uma perspectiva de autonomia, democratização e inserção da escola no espaço geográfico e cultural em que ela está inserida.

A relação estabelecida entre direcção/professores e comissão de pais/comunidade parece ser uma porta de entrada importante para se aprofundar a cooperação entre a escola e a comunidade. Porém é preciso aproveitar esta disposição quer da escola, quer das lideranças (comissão, associação, igreja) para introduzir outros aspectos e não apenas a sensibilização dos pais para enviar os filhos à escola, aspecto que tem marcado o trabalho conjunto, por constituir um grande problema no Mamboto, como por exemplo: reflexão contínua sobre a escola: sua função social, seus problemas, formas de solucioná-los, o envolvimento escola e comunidade, etc, e definir formas de actuação conjunta que visem um melhor funcionamento da escola.

A comissão estabelece igualmente uma boa relação com os outros actores existentes na comunidade que cooperam com o trabalho da escola: associação de camponeses, soba, igreja, programa Onjila.

Com a associação de camponeses a relação é de estreita cooperação devido ao protagonismo que tem esta organização na vida da comunidade. A associação do Mamboto cede terreno e apoia o trabalho da horta e lavra escolar, apoia a comissão na mobilização dos pais para participar nas actividades escolares e enviar as crianças para a escola. O facto da maioria dos membros da comissão fazerem parte da associação faz com que exista uma relação muito próxima entre estas duas formas organizativas. A associação, devido ao seu respaldo e influência junto da comunidade, acaba por exercer um papel de catalisadora das questões diversas da vida da comunidade, inclusive às ligadas à escola.

Esta proximidade na relação entre a comissão e associação constitui para a comunidade um factor de muita importância na abordagem da relação entre a escola e a comunidade. Leva-nos a indagar sobre a restrição da participação comunitária à CP, que se reduz aos representantes dos pais dos alunos matriculados nas escolas.

Está claro que no Momboto, apesar de existir um grupo que se relaciona mais diretamente com a escola, as grandes questões de ligação entre a escola e a comunidade, acaba por ser discutida no fórum da associação. Este facto remete-nos a pensar que a comissão de pais não pode estar isolada de outras formas organizativas existentes na comunidade, quer endógena como exógenas<sup>13</sup>. Os problemas da escola não dizem respeito apenas aos pais, mas a comunidade de uma forma geral e a participação de outros actores comunitários constitui uma grande oportunidade para fortalecer a relação entre a escola e a comunidade.

Existem muitas forças sociais na comunidade com determinado nível de influência, mobilização, que podem atuar de forma muito positiva na sua cooperação com a escola. Exemplo concreto disso são as autoridades tradicionais que exercem grande liderança sobre as populações e que a escola não pode deixar de lado se quiser estabelecer um novo relacionamento com a comunidade.

No contexto do Momboto o funcionamento isolado da comissão não teria muito impacto junto da comunidade, mas por ter uma ligação muito estreita com a associação, a sua ação conjunta reverte-se de singular importância para a escola e contribui para o seu melhor funcionamento.

Por outro lado a relação com o soba dá-se de forma pontual e reduz-se ao repasse de informações pela comissão sobre o trabalho que realiza. Sendo o soba uma liderança que goza de muita influência e respaldo junto da comunidade é imprescindível existir uma forte cooperação e integração com o trabalho da comissão. Uma maior otimização da liderança e do poder do soba junto das populações poderá reverter-se em benefícios para a escola e para a comunidade.

A acção da igreja tem sido de muita importância para estabelecer uma maior ligação entre a escola e a comunidade. Contribui para a sensibilização e a mobilização dos pais para enviar os filhos à escola e participar nas actividades promovidas pela escola, a exemplo horta e lavra escolar, matrícula, etc. A igreja goza, igualmente, de respaldo junto da população por isso a sua liderança tem sido muito útil e tem provocado bons resultados.

A comissão estabelece relações com várias instituições, porém este relacionamento poderia ser melhor otimizado a favor da escola a partir de uma acção mas coordenada e planificada em conjunto.

---

<sup>13</sup> É denominada endógena a organização social própria da comunidade e cuja existência liga-se com factores de natureza cultural, a exemplo do Onjango, Sobado, etc; São exógenas aquelas que foram introduzidas por influencias externas, a exemplo: as associações, comissões de pais, etc.

## **A participação da comunidade na vida da escola e vice versa**

**“O trabalho da comissão de pais do Mamboto  
é uma base importante  
para o bom funcionamento da escola”**

A relação entre a escola e comunidade passou a existir a partir da necessidade que a escola teve em matricular as crianças uma vez que os pais não matriculavam seus filhos. A directora e professores não dominavam a língua e reuniram-se com o Soba e alguns membros da associação para mobilizarem a população no sentido de mandarem os filhos à escola. Depois deste momento, houve vários encontros entre a direcção da escola e a comunidade com a intervenção do soba para a criação da comissão de pais. Este processo durou um ano.

Antes do surgimento da comissão de pais não havia um intermediário entre a escola e a comunidade, mas desde o seu surgimento a relação tem vindo a melhorar e a comissão tem se empenhado em melhorar a cooperação entre a escola e a comunidade e estabelecido um elo de ligação entre elas.

Contudo a participação da comunidade nas actividades da escola ainda é muito fraca; ocorre só em acções pontuais e através de um grupo ainda muito restrito: apoio para o melhoramento das condições físicas da escola (feitura de adobes, carregamento de pedras, areia, água, construção propriamente dita, etc.) e contribuição monetária para aquisição de material didáctico. A comunidade ainda não se consciencializou do seu papel junto da escola e a escola, por sua vez, apesar de realizar visitas às famílias, ainda não tem uma estratégia de sensibilização das populações sobre a importância da escola para a comunidade e a necessidade da participação para melhorar o seu funcionamento. A maioria dos pais não tem interesse na educação escolar dos seus filhos, porque a escola não fez parte da sua vivência. *“O entendimento é porque se o pai cresceu no pasto o seu filho deve fazer o mesmo”*.

Do conjunto de instituições ou grupos que actuam na comunidade as que mais participam nas actividades da escola são a comissão de pais, a associação de camponeses, a igreja e comunidade em geral. As que têm estado mais distantes são: administração comunal, a selecção de futebol do Mamboto e o soba por serem elementos que menos contribuem no trabalho da escola.

A participação da escola nas actividades da comunidade ainda não é muito evidente, mas existem algumas iniciativas que vão acontecendo como: professores são chamados a secretariar reuniões da comissão e da associação. Por outro lado os professores, em grupos, vão à comunidade para mobilizar as famílias para enviarem os filhos para a escola, para buscar apoio dos pais para participar nas lavra escolar.

Assim, a relação entre a escola e a comunidade está a ser construída e pode ser enriquecida a partir de reflexões e acções conjuntas e constantes sobre a escola, seu papel, problemas, sucessos, insucessos, etc.. As boas relações já existentes são um indício para se fazer este trabalho. A assessoria do Programa Onjila constitui um contributo indispensável para este tipo de acção.

### **6.2.1. Conclusões e recomendações**

A experiência da comissão de pais do Momboto é muito recente e reverte-se de grande significado especialmente para se repensar estratégias que garantam o seu melhor funcionamento dentro de uma perspectiva mais abrangente de participação da comunidade na vida da escola e vice-versa. A existência de um regulamento elaborado pelos actores comunitários poderá ser um importante passo para se clarificar o papel da comissão de pais e da relação escola X comunidade para os diferentes intervenientes escolares.

É evidente que a comissão de pais tem contribuído com o estabelecimento de uma nova modalidade de relacionamento entre a escola e a comunidade, contudo é preciso uma constante reflexão desta abordagem para que não se restrinja a uma relação utilitarista. É imprescindível que esta caminhada traduza a construção de um processo participativo e cooperativo mais abrangente que contribua para a democratização da escola e uma melhor prestação de serviço à comunidade e ao aluno. Para isso contudo, devido a pouca experiência de todos com essas dinâmicas participativas é preciso um forte investimento em capacitações para todos os intervenientes, a realização de programação e balanços em conjunto, da actividade escolar.

Sendo o Mamboto uma comunidade onde a tradição da escola é relativamente nova e o envio das crianças não constitui uma prioridade para muitas das famílias, a acção coordenada de todos os actores a favor da escola deve ser atacada aos diferentes níveis: na associação, na igreja, noutros espaços de reunião existentes na comunidade.

A relação estabelecida entre a comissão de pais e a associação parece que tem fronteiras muito próximas. Sendo a associação uma forma organizativa representativa da comunidade e com um certo poder de influência este elemento é muito importante para se garantir a sustentabilidade do funcionamento da própria comissão. Contrariamente, a ligação com o soba é muito fraca e deveria ser melhor otimizada tendo em conta a liderança que este exerce sobre a população. A ligação da comissão a estas formas organizativas e também com a igreja, parece ser de fundamental importância para que as questões da escola sejam apropriadas, reflectidas por um grupo mais alargado dentro da comunidade.

A CP no Mamboto pode ser uma experiência com sustentabilidade, uma vez que tem uma relação muito próxima com a associação e fazem parte dela líderes influentes da comunidade que têm visão de futuro para o desenvolvimento local. Nessa perspectiva pode cooperar e influenciar outras formas organizativas existentes na comunidade a favor da escola uma vez que a sua acção tem muita credibilidade no seio da mesma.

O trabalho da CP do Mamboto não é conhecido pelas representações do MEC (coordenação comunal e secção municipal). Por outro lado, os diferentes intervenientes escolares e a própria CP não conhecem o regulamento divulgado pelo MEC. Estes factores demonstram também que é preciso um maior investimento na divulgação dos trabalhos e da documentação existente.

Para que a experiência do Mamboto possa desenvolver-se e reforçar a relação entre a escola e a comunidade sugerimos:

- a) A comissão, em conjunto com outros actores escolares e da comunidade deve trabalhar no sentido de ajustar o regulamento divulgado pelo MEC à realidade concreta do Mamboto.
- b) A escola deve promover mais encontros e outras actividades que envolvam a participação da comunidade; deve trabalhar com a comunidade no sentido de explicar o papel da escola dentro da comunidade.
- c) Estabelecer um relacionamento mais próximo com as secções do MEC (C.E.C.H. e a S.M.E.L) a partir do seu envolvimento nas actividades desenvolvidas pela comissão de pais (participar nos encontros, promover debates e trocas de experiência).
- d) O Programa Onjila deve incentivar e apoiar as direcções de escolas e as comissões de pais/encarregados de educação a realizarem encontros de reflexão com a comunidade para analisar a situação educacional na comunidade (aproveitamento escolar dos alunos, desistências, insucesso, sucessos...) e impulsionar um processo participativo mais consistente na relação entre a escola e a comunidade. Exemplos concretos para isso é a identificação dos problemas vividos pela escola, a programação e balanços em conjunto do trabalho da escola.
- e) As equipas devem trabalhar com a escola no sentido de buscar a participação de outras instituições comunitárias nas actividades, reflexões sobre a escola.
- f) A escola deve reforçar o seu trabalho junto da comunidade de modo a se obter uma maior cooperação e apoio dos pais e outras instituições. Exemplos de actividades que podem ser realizadas:
  - Promover campanhas de limpeza e arborização;

- Participar na mobilização da comunidade para campanhas de vacinação;
  - Envolver a comunidade nas comemorações de efemérides;
  - Participar nas festas e actividades da comunidade (circuncisão, efiko, reuniões, etc);
  - Trabalhar questões da realidade sócio-cultural na sala de aula, como: canções, danças, jogos, actividades artesanais (cestaria, olaria, etc.), práticas educativas trabalhadas no Jango/Tchioto, feiras (agropecuárias, materiais, ...), exposições, etc.
  - Envolver as pessoas da comunidade na abordagem de conteúdos específicos na sala de aulas como: a história da localidade, as profissões locais; usos e costumes da região, o trabalho; etc.
- g) A equipa do Programa Onjila e os órgãos do MEC com quem trabalham directamente deverão realizar actividades de treinamento, reflexões envolvendo as direcções de escola, comissões de pais/encarregados de educação, professores, etc. visando reforçar a compreensão sobre a abordagem da relação escola X comunidade.
- h) O Programa Onjila deve planificar ações concretas que permitam impulsionar o trabalho com as comissões de pais e a relação entre a escola e a comunidade: capacitações de todos os intervenientes; apoiar as programações; promover encontros entre comissões, escola e outros actores comunitários para discutir a situação da escola; etc.

## **7. Considerações finais**

Quando falamos na participação da comunidade nos processos de organização e gestão escolar nas escolas 65 e do Mamboto é preciso não deixar de lado os processos sócio-históricos vividos nos últimos 30 anos. Até 1992 a participação do cidadão não era livre e voluntária, a favor dos seus interesses e necessidades. As organizações e grupos existentes eram atrelados a um partido político e serviam de canais de veiculação da sua ideologia. O recente contexto democrático traz consigo a liberdade de associação e participação, legado fundamental para se exercer a cidadania. Nessa perspectiva um dos grandes desafios é despertar nas populações o interesse e motivação para participar dos processos sociais que os rodeiam a fim de encontrar soluções para muitos dos problemas que vivem no seu dia-a-dia. Nesse sentido é preciso educar para a participação, educar para a cidadania.

Nas duas experiências em análise a participação da comunidade nos processos de organização e gestão escolar é ainda incipiente, mas revela o início de uma prática participativa que poderá ter frutos significativos no que se refere à relação escola X comunidade. As comissões trouxeram consigo o debate da participação, a abordagem

da importante ligação necessária entre a escola e a comunidade, a reflexão sobre o insuficiente serviço que a escola está a prestar a comunidade, a discussão sobre a necessidade de educar, sensibilizar, mobilizar os pais e a comunidade em geral para o exercício da participação.

É evidente que com a existência das CP uma nova relação começa a ser estabelecida entre a escola e a comunidade, onde aparecem desconfiças e receios, mas também diálogo, reflexões e cooperação. Para todos (comunidade e escola) ainda não está muito claro o papel da comissão e da comunidade na escola. Sobressai muito actualmente o apoio no que se refere às questões materiais devido às carências vividas pela escola e também ao pouco debate em torno da importância da integração da escola à comunidade e a democratização da escola.

Historicamente a escola esteve fechada para a participação da comunidade e esta abordagem tem mais relevância junto das organizações da sociedade civil do que na própria escola. Ela permanece fechada entre seus muros, com pouca ligação com a comunidade. Contudo, a ação das comissões e de outras organizações como a ADRA tem insistido nessa abertura e já se denota alguns resultados que podem ser o início de uma caminhada que precisa continuar a ser percorrida.

A participação dos pais nas actividades promovidas pela escola e pela comissão de pais ainda é fraca. Os pais não têm cultura de participação, por isso é necessária a realização de um forte trabalho de sensibilização junto da comunidade para se obter resultados mais favoráveis, assim como utilizar outros mecanismos de mobilização, como os cultos das igrejas, as lideranças tradicionais, etc. É necessário um trabalho educativo com a comunidade e uma ação integrada da escola na comunidade para ajudar a mudar a actual mentalidade de muitos pais. Um outro factor que também influencia a fraca participação dos pais é o baixo nível económico de muitas famílias.

A participação da comunidade restringe-se à comissão de pais, como órgão representativo dos pais, e deixa de fora várias outras organizações e instituições comunitárias existentes, como as tradicionais, as associações, etc. Nos parece que estas outras forças organizativas poderão desempenhar um papel significativo junto da escola e devem estabelecer uma interação com as comissões. O exemplo da experiência do Mamboto (no âmbito da relação entre comissão e associação) pode ser uma referencia positiva e evoluir para algo sustentável a partir da articulação estabelecida com outras formas organizativas existentes na comunidade. Na escola 65 existe o interesse de outros actores em aproveitar a experiência desta escola e reflectir sobre a relação escola X comunidade, o papel e funcionamento da CP, com outras escolas e instituições existentes na Humpata. Estas idéias podem ser o ponto de partida para continuar aprofundando e reflectindo sobre estas questões e promover uma outra consciência da comunidade e da própria escola em relação a estas questões.

Uma abordagem que precisa ser introduzida é o surgimento de um fórum mais alargado do tipo “conselho escolar” onde participem, para além dos agentes escolares (direção, professores, CP, alunos) outras organizações existentes na comunidade como as associações, igrejas, autoridades tradicionais, representação do MEC ao nível local, etc. Um fórum dessa natureza teria um papel mais estratégico, de ajudar a pensar e definir as grandes questões e prioridades da escola num determinado espaço de tempo.

As políticas nacionais não abordam a questão da relação escola X comunidade como uma necessidade de democratizar a escola, integrando-a à comunidade e permitindo que os interessados pelos seus serviços (as comunidades) participem nas definições do seu rumo. Esta abordagem é tratada apenas ao nível das comissões de pais limitando assim a participação de outros actores, como os acima referidos. A participação da comunidade na gestão escolar exige políticas claras e regulamentos orientadores para as escolas. Abordar esta questão apenas a partir das CP (da comunidade) não é suficiente pois a responsabilidade da organização e gestão é da própria escola, da sua direção, cabendo a comunidade cooperar, ajudar para o seu bom funcionamento. Assim, as ações de advocacia junto do MEC não devem ser descuradas visando alargar o debate e contribuir com mudanças a nível das suas políticas.

Em ambos os casos a CP tem contribuído bastante para o estabelecimento de um novo relacionamento entre a escola e a comunidade. Ela acompanha o trabalho da escola, reflecte com a direção os problemas, ajuda na busca de soluções, contribui com a construção, ampliação ou reparação da infra-estrutura; apresenta sugestões aos professores e direção para melhorar o funcionamento da escola.

Ambas comissões têm um certo nível de autonomia em relação à direção escolar e tendem a se afirmar como uma forma organizativa ligada ao espaço comunitário. Porém, elas (e outros actores escolares) desconhecem o regulamento o que, em parte, limita a sua participação nos processos de gestão e organização da escola. Dizemos em parte porque existem outros factores, como a pouca experiência com processos participativos, que igualmente concorrem para esta limitação. O facto do seu regulamento ter sido elaborado pelo MEC pode deixar algumas dúvidas quanto à natureza dessa forma organizativa em relação ao Estado, contudo é importante que a sua autonomia e articulação com a organização tradicional, associações, etc, seja reforçada a partir de ações de capacitação sobre questões ligadas a participação, a cidadania, a relação escola X comunidade; reflexões; trocas de experiência.

Para todos esta é uma experiência nova e constitui um grande desafio. Se por um lado o programa tem clarificado este eixo de intervenção com a prática e a constante reflexão da mesma, por outro é preciso que se estabeleça um plano de trabalho mais arrojado visando o reforço das capacidades dos diferentes intervenientes, a clarificação do papel da comissão de pais e da comunidade em geral na organização e gestão escolar.

Pelo carácter específico de cada uma das experiências em análise foram feitas sugestões para cada uma delas. Contudo, para finalizar, destacamos algumas recomendações globais visando igualmente reforçar a relação escola X comunidade, a democratização da escola e a melhoria da qualidade do ensino.

- a) Realizar actividades de reflexão sobre os problemas vividos pela escola, com a participação de todos os actores (escola, CP, associações, autoridade tradicionais, alunos, etc). Identificas as causas desses problemas e buscar soluções em conjunto. Esta actividade poderá ser enquadrada na dinâmica dos “Projectos de Escola” que vêm sendo incentivados pelo Programa Onjila junto das Escolas.
- b) Incentivar a escola a realizar ações junto da comunidade de modo a permitir uma maior integração e conhecimento da realidade local. Isso poderá ser também programado como projectos complementar, definindo-se os objectivos e actividades.
- c) Envolver a comissão, autoridades tradicionais, representantes do MEC local e/ou outros actores comunitários na identificação de conteúdos da realidade que podem ser investigados e trabalhados na sala de aula no âmbito da implementação do CAT.
- d) Realizar programações e balanços sistemáticos do trabalho da escola envolvendo a CP e outros actores comunitários.

## RESUMO DO TRABALHO NA ESCOLA 65

### 1. A comissão de pais da escola n.º 65 e o seu papel

- É constituída por oito membros;
- Foi eleita pelos encarregados de educação e a direcção da escola numa assembléia;
- Realiza reuniões com a direcção, professores e encarregados de educação;
- O seu papel consiste em reforçar a inter-relação entre a escola e a comunidade através da efectiva participação dos pais/encarregados de educação nas tarefas de educação e ensino das crianças;
- Elaborou um plano de actividades para 1999/2000, mas não foi implementado devidamente nem se reflectiu os motivos dos incumprimentos;
- Não possui regulamento próprio e desconhece o regulamento estabelecido pelo MEC, apesar das suas actividades irem de encontro a esse regulamento. O regulamento também é desconhecido pela direcção da escola, professores e Secção Municipal, apesar de já terem ouvido falar da sua existência.

### 5. Principais actividades realizadas pela CP

- Sensibilização dos pais e encarregados de educação para o seu maior envolvimento nas tarefas da escola.
- A reflexão com a direcção da escola e os encarregados de educação sobre o comportamento e rendimento dos alunos.
- Reparação de carteiras, confecção de bancos, dinamização da horta escolar e a coelheira.

### 6. Participação da comunidade (pais e outros membros) na vida da escola e vice versa

- A relação foi fortalecida com a criação da comissão de pais.
- Alguns professores realizam trabalhos práticos na comunidade (conteúdo da disciplina de ciências integradas: agricultura).
- Algumas propostas dos pais são aceites pela escola (cadernos de notas, continuidade dos estudos dos alunos vindos dos ritos da circuncisão).
- Há pouco envolvimento dos professores nas acções de reforço da relação entre a escola e a comunidade.
- Fraca participação dos pais/encarregados de educação nas actividades promovida pela direcção da escola e pela comissão de pais.
- Alguns pais não participam em questões ligadas à educação do filho.
- Outros actores comunitários (autoridades tradicionais, igrejas...) não participam dos debates e discussões ligadas à vida da escola. A participação restringe-se às comissões de pais.

### 7. Relação da comissão com outras instituições comunitárias

- A relação está virada para a Educação.
- Não há nenhuma relação com outras instituições como autoridades tradicionais, igrejas e coordenadores de bairros a favor da escola.

## **BIBLIOGRAFIA**

- 1- APPLE, Michael e Beane, James, Escolas Democráticas, Ed. Cortez, 1997. Brasil.
- 2- ARROYO, Miguel: Da escola carente à escola possível; Coleção Educação Popular; Ed, Loyola.
- 2- AA VV, Almanague de Metodologia da Educação; CENAPE
- 3- FERREIRA, Idaci: Escola e Democracia: Uma contribuição para análise. Texto mimeo; 1999.
- 4- MARQUES, Ramiro. A Direcção da turma: Introdução Escolar e ligação ao Meio, Ed. Texto, 4ª edição 1997, Lisboa.
- 5- PEREIRA, Castilho César William. Associação de Pais e mestres uma experiência viva, ed. Vozes Petrópolis. 2ª edição 1990 Brasil. Olliday,
- 6- JARA, Oscar - Para sistematizar experiências, ed. Universitária 1995 Brasil.
- 7- SOUZA, João Francisco de: Sistematização; um instrumento Pedagógico nos Projectos de desenvolvimento sustentável, Agosto 1997.
- 8- Relatório Anual do Programa Onjila - 1995.
- 9- Relatório; proposta de intervenção na área de educação na Província Huíla, 1996.
- 10- Relatório anua do Programa Onjila - 1996.
- 11- Relatório Onjila: continuidade de um programa... Agosto/97.
- 12- Relatório: proposta de política para área temática "Criança" Janeiro 1996.
- 13- Relatório Onjila: Sofrio/Caluva, Fevereiro 1996.
- 14- Relatório anual Programa Onjila - 1997.
- 15- Relatório sobre Definição das linhas gerais de actuação entre os projectos da ADRA com o Onjila, Maio 1997.
- 16- Relatório Semestral Onjila - Junho 1997.
- 17- Relatório do trabalho de sistematização: formas organizativas no quadro da intervenção comunitária do Projecto Catumbela, Agosto 1997.
- 18- Relatório do Workshop sobre socialização de metodologias de ensino no I nível - 1998.
- 19- Relatório Anual do Onjila - 1998.

- 20- Memória de reuniões com a CP - Março 1998.
- 21- Relatório do Onjila - 1º trimestre Abril 1998.
- 22- Relatório da avaliação intermédia, Novembro 1998.
- 23- Relatório do 6º encontro ADRA/Huíla, Dezembro 1998.
- 24- Relatório: balanço do I trimestre 1999.
- 24-Relatório semestral do Programa Onjila - 1999.
- 25- Relatório: continuidade de um programa, Setembro 1999.
- 26- Relatório/balanço Novembro 1999.
- 27- Relatório: avaliação Onjila/Huíla, Novembro 1999.
- 28- Relatório: As primeiras experiências da proposta C.A.T Dezembro 1999.
- 29- Relatório: 8º Encontro Onjila, Julho 2000.
- 30- Relatório do Encontro de Reposição da avaliação de impacto do Programa, Agosto 2000.
- 31- Memória: Seminário de capacitação às Comissões de pais e encarregados de Educação – Bairro Sofrio, Agosto 2000.
- 32- Relatório da avaliação final, Agosto 2000.
- 33- Proposta orientadora para o reforço da relação escola – Comunidade, Outubro 2000.
- 34- Relatório anual 2000 – Programa Onjila, fevereiro 2001.